

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivessem acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves

Terezinha de Fátima Fumis

Flávia Toqueti

Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto

Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima

Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos

Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue

Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima

Jhéssica Luara Alves de Lima

Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas

Larissa de Oliveira e Silva

Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL

Luísa Cerdeira

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Lisboa – Portugal

Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

Universidade Federal do Tocantins.

Tocantinópolis – TO

RESUMO: O presente trabalho tem como foco analisar a educação superior relacionando as categorias administrativas público e privado em um estudo comparativo entre o Brasil e Portugal. É resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica, incluindo aqui documentos de agências internacionais além de séries históricas oficiais dos dois países, cujo objetivo é estabelecer a devida comparação do crescimento da educação superior nas categorias administrativas público e privada. Dá-se destaque no decorrer do texto à importância da educação superior na atualidade, à centralidade que o conhecimento ocupa na sociedade além das orientações das agências internacionais para a educação superior. Após a análise dos dados, constata-se claramente que existe uma relação de oposição diametral entre os dois países no que diz respeito ao percentual de estudantes matriculados no setor público e setor privado, sendo que no Brasil há clara predominância das matrículas na educação superior privada

(75,7%) e em Portugal essa predominância é para o setor público (83,6%).

PALAVRAS-CHAVE: educação superior, público e privado, Brasil e Portugal

ABSTRACT: The present work focuses on analyzing higher education by relating the public and private administrative categories in a comparative study between Brazil and Portugal. It is the result of a documental and bibliographical research, including here documents of international agencies besides official historical series of the two countries, whose objective is to establish the proper comparison of the growth of higher education in the public and private administrative categories. In the course of the text, the importance of higher education in the present time is highlighted, the centrality that knowledge occupies in society beyond the guidelines of the international agencies for higher education. After analyzing the data, it is clear that there is a diametrical opposition relationship between the two countries regarding the percentage of students enrolled in the public sector and private sector, and in Brazil there is a clear predominance of enrollments in private higher education (75.7%) and in Portugal this predominance is for the public sector (83.6%).

KEY WORDS: higher education, public and private, Brazil and Portugal.

1 | INTRODUÇÃO

No decorrer da história, e com muita ênfase na sociedade atual, constata-se a relevância cada vez mais crescente que a educação superior vem ocupando por várias razões, principalmente a busca de alternativas para atender a demanda cada vez maior por expansão das vagas e a utilização de estratégias variadas para atingir esse fim. Este fato reveste a temática de importância, inclusive cria a necessidade de contribuições para o aprofundamento do debate tendo em vista o alto grau de disputas envolvendo interesses dos mais variados tipos em torno deste assunto.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental posto que utiliza fundamentalmente alguns estudiosos da área e documentos produzidos por agências nacionais e internacionais, incluindo dados estatísticos. Também destaca 3 (três) premissas principais, quais sejam: a centralidade do conhecimento, as orientações internacionais para a educação superior e um comparativo da evolução das matrículas entre os setores público e privado no Brasil e em Portugal.

2 | A CENTRALIDADE DO CONHECIMENTO

Sobre a centralidade do conhecimento, é correto afirmar que o mesmo vem fazendo uma trajetória crescente na sociedade atual, cuja influência se faz sentir em todas as áreas da vida humana ao ponto de a atual sociedade ser denominada como sociedade informacional com todas as implicações que este termo possa trazer. Assim, Castells (1999, p. 87) afirma sobre as relações entre informação/conhecimento e sua importância para a existência da atual economia, a qual pode ser denominada “[...] de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação.” Essa centralidade do conhecimento, tem poder catalisador em relação a educação terciária, porque “Nas últimas décadas, o Ensino Superior tem conhecido uma expansão assinalável, quer qualitativa, quer principalmente quantitativa.” (CERDEIRA, 2014, p. 99).

Esta relevância que o conhecimento adquiriu têm o potencial de reposicionar situações e valores, inclusive na perspectiva de colocar a informação e o conhecimento como alguns dos principais componentes dinamizadores do desenvolvimento das pessoas e das nações fomentados pela competitividade.

A esse respeito, Bernheim e Chauí (2008, p.7) afirmam que nas economias mais desenvolvidas, a associação entre o conhecimento e a inovação tecnológica se transformam em vantagens competitivas, o que faz do “[...] conhecimento um pilar da riqueza e do poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a tratá-lo como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada.” Ora, vários fundamentos remetem inegavelmente a educação e o conhecimento como um dos pilares centrais da sociedade atual, tornando-o, dessa forma central nas agendas das nações, o que, por sua vez, catalisa a relação demanda/oferta da educação como

agente promotor de desenvolvimento dos indivíduos e das nações. Em torno disso, criam-se estratégias, a depender dos Estados e da organização societal que passam a priorizar a oferta da educação superior pelos setores público e/ou privado.

De certo que essa relação entre a oferta da educação superior pública ou privada é fruto de uma complexa correção de forças e de interesses múltiplos, os quais passam por orientação das agências multilaterais e impactam diretamente tanto nos aspectos quantitativos e qualitativos da educação ofertada.

3 | ORIENTAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

O segundo tópico está relacionado às orientações das agências internacionais, constatando-se o incentivo que os organismos multilaterais têm feito na perspectiva de incentivar a expansão da educação superior por sua estreita relação com o grau de desenvolvimento das nações. Neste sentido, merece destaque o protagonismo do Banco Mundial na elaboração de vasta literatura como o documento intitulado *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise*, (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 9). À guisa de informação, convém dizer-se que esse documento foi preparado por um Grupo Sobre Educação Superior e Sociedade, o qual foi convocado pelo Banco Mundial e pela UNESCO a fim de que discutisse os desafios encontrados na educação superior de alguns países em desenvolvimento. O evento reuniu especialistas em educação de 13 países, incluindo o Brasil, e foi realizado entre os dias 19 e 23 de março de 2002, em Paris.

Segundo este documento (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 09), “The world economy is changing as knowledge supplants physical capital as the source of present (and future) wealth.” Em tradução livre, equivale a dizer que “A economia mundial está mudando na medida em que o conhecimento suplanta o capital físico como fonte de riqueza atual (e futura).”

Esta perspectiva aponta para o alto grau de interesse que o setor privado tem na educação superior ao ponto de a Organização Mundial do Comércio (OMC), regulamentar a educação inserindo-a na condição de mercadoria, o que consta no documento da OMC intitulado *Servicios de Enseñanza: Nota documental de La Secretaría* (OMC, 1998). Este fato revela as potencialidades da educação superior na condição de mercado atrativo posto que existe uma relação estreita entre a sociedade do conhecimento e o investimento em educação tanto defendido pelo viés da Teoria do Capital Humano (TCH) de Schultz (1961), o qual afirma que [...] yet human capital has surely been increasing at a rate substantially greater than reproducible (non human) capital. [...]. Em tradução livre, equivale dizer que “[...] entretanto, o capital humano certamente tem aumentado a uma taxa substancialmente maior do que o capital reprodutível (não-humanos). [...]”

Merece destaque o protagonismo da Organização das Nações Unidas para

a educação Ciência e Cultura (UNESCO) de duas Conferências Mundiais sobre Educação Superior (CMES) realizadas respectivamente em 1998 e 2009, cujo objetivo maior é incentivar os processos de expansão da educação superior como elemento definidores do grau de desenvolvimento sociocultural e econômico das pessoas e das nações. Nos documentos oriundos destas duas importantes conferências, fica clara a importância fundamental que a educação superior ocupa na atual sociedade e o seu papel como indutora do desenvolvimento econômico. Assim, após ressaltar a importância desse nível de educação, são oferecidas alternativas e exemplos ditos exitosos em vários países para superar seus déficits educacionais e inserirem os países em círculos de concorrência tornando-os finalmente fortes do ponto de vista do grau de competitividade.

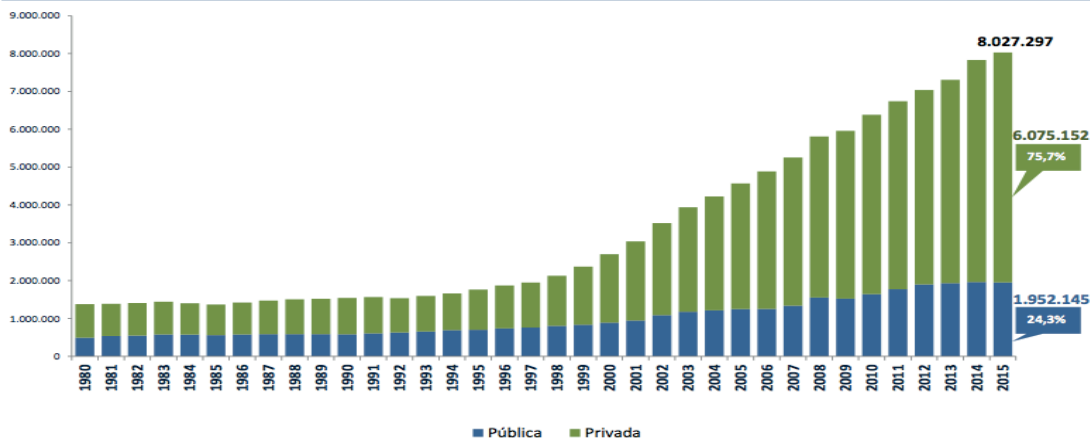
O terceiro tópico relaciona-se com a evolução das matrículas entre o setor público e o privado na educação superior no Brasil e em Portugal. Destaca-se que o uso da terminologia “privado” neste trabalho faz referência à natureza administrativa da instituição.

4 | ANÁLISE DOS DADOS DE BRASIL E PORTUGAL

Passando-se agora para uma análise da realidade nos dois países comparados, convém que se destaque que as séries históricas, como toda estatística, têm a capacidade de revelar inclusive o que está além dos números por elas apresentados. A exemplo, é correto afirmar que a predominância do setor público ou privado na oferta da educação superior pode revelar as relações entre capital e Estado, o modelo de sociedade implementado, as correlações de força entre sociedade, capital e Estado, dentre outras. Com isso, pode-se afirmar que o fenômeno ora estudado tem a capacidade, em sua essência, de revelar algumas verdades e camuflar outras.

No Brasil, o movimento estatístico aponta indubitavelmente para uma prevalência do setor privado sobre o setor público. Assim, em acordo com O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2015a), tem-se os seguintes dados

Matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa – Brasil – 1980-2015



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior

Gráfico 1 – Matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa – Brasil – 1980-2015

Fonte: Censo da Educação Superior INEP (2015a).

De acordo com INEP (2015b), em 1980 existiam 1.377.286 matriculados, sendo 492.232 (35,7%) no setor público e 885.054 (64,3%) estudantes no setor privado. Estes dados mostram prevalência do setor privado, a qual continuou crescendo. Já em 2015, havia 8.028.297 estudantes matriculados, sendo 1.952.145 (24,3%) no setor público e 6.075.152 (75,7%) no setor privado.

Verifica-se pela série histórica acima que, no Brasil, o setor privado apresenta crescimento consideravelmente maior do que o setor público, sendo que esse crescimento vem se acumulando ano após ano. Essa tendência certamente revela as opções de políticas públicas tomadas historicamente as quais são fruto das relações entre sociedade, capital e Estado.

Por sua vez, para que se estabeleça o comparativo entre os dois países, constata-se através da série histórica a seguir que em Portugal existe uma situação bem diferente da realidade brasileira, com prevalência clara do setor público sobre o privado no oferecimento das matrículas na educação superior. De certo que essa opção pelo setor público para oferta das matrículas também é resultado de uma concepção de Estado que historicamente foi construída e das relações de força entre esse Estado, a sociedade e o capital, como vem se afirmando continuamente neste trabalho.

Certifica-se no Gráfico 2 abaixo, que em Portugal havia 356.399 estudantes na educação superior (correspondendo a uma taxa bruta de escolarização de 52%), sendo que 297.884 (83,6%) estão matriculados em instituições públicas e 58.515 (16,4%) estão matriculados em instituições privadas de educação superior. De resto, pode-se assinalar que, ao longo das últimas décadas, houve um crescimento muito grande do sistema, tendo as instituições privadas tomado valores expressivos na década dos anos 90 (em 1996 chegaram ao valor mais alto de representarem 37%), mas após esse pico tem sido uma tendência descendente. Quando comparadas as duas realidades,

evidencia-se uma movimentação diametralmente oposta na medida em que, no Brasil a cinesia é feita em direção ao setor privado, enquanto que em Portugal, a mobilidade aponta para o setor público.

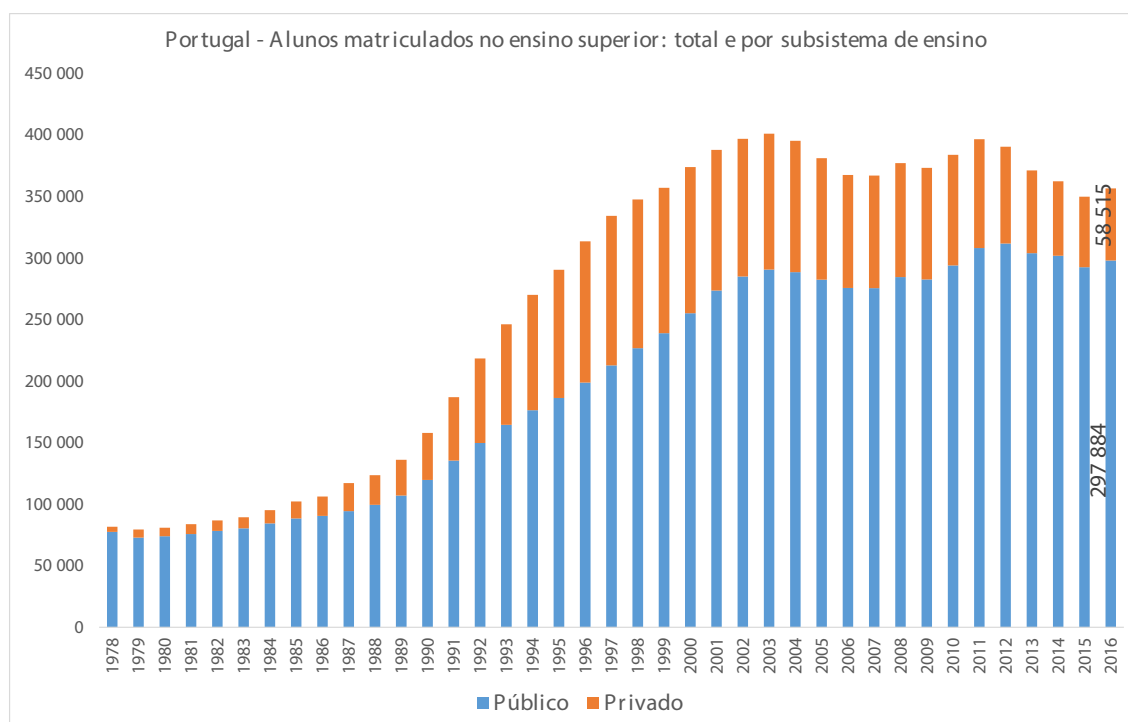


Gráfico 2 – Alunos matriculados/inscritos segundo a natureza do estabelecimento, por nível de educação e ensino. 1978 a 2016. Portugal

Fonte: PORDATA a partir de DGEEC/Med - MCTES - DIMAS/RAIDES

A guisa de considerações finais, destaca-se que as realidades do Brasil e de Portugal são distintas em várias situações, mas o estudo acima revela as relações existentes entre sociedade, capital e governo destes dois países e como esses agentes enfrentam historicamente as demandas por educação superior e quais as consequências históricas ou resultados atuais das políticas educacionais implementadas ao longo do tempo.

Dentre tantas considerações, destaca-se aqui a análise feita pela OCDE (2015) que mostra que a proporção de pessoas com 25-34 anos com educação superior no Brasil não passa de 14,46%, enquanto em Portugal alcança 28,33%, sendo que a taxa média da OCDE é 39,20%. Neste sentido, o caminho tomado pelo Brasil privilegiando o setor privado aponta para os resultados baixíssimos acima expostos, sendo que, neste caso, aplica-se aqui a máxima que diz que contra fatos, não existe argumento. Realmente, a estratégia portuguesa de privilegiar a educação superior pública apresenta historicamente melhores resultados para a população daquele país.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Higher Education in Developing Countries: Peril and Promises** Washington – D.C. EUA, 2000.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior.** Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra. v. 1. 1999.

CERDEIRA, Luísa. A internacionalização e cooperação no ensino superior: os países de Língua Portuguesa e o caso de Portugal. In: CABRITO, B; CASTRO, A; CERDEIRA, L; CHAVES, V. **Os desafios da expansão da educação em países de Língua Portuguesa: financiamento e internacionalização.** Lisboa: EDUCA, 2014 (97-116).

PORDATA/DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (DGEEC). **Estatística da Educação 2014/2015.** Disponível em: <http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/2015/inicio.asp> Acesso em: 29 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas.** 2015a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2014 – Resumo.** 2015b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sead/documentos/censo-de-educacao-superior-2014>>. Acesso em: 26 set. 2016.

OECD (2015), “Brazil” in **Education at a Glance 2015: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2015-46-en> Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/education-at-a-glance-2015/brazil_eag-2015-46-en#page1>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OMC. **Servicios de Enseñanza: Nota documental de la Secretaría.** 1998. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/tratop_s/serv.../w49.doc>. Acesso em: 09 jan. 2016.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review.** v. 51, n. 1, p. 1-17, mar/1961.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

